ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

Acordo de Cooperação Técnica e Operacional que entre si celebram a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, doravante denominada simplesmente ANVISA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.112.386/0001-11, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Járbar Barbosa da Silva Jr., designado pelo Decreto de nomeação de 20 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2015, portador da Carteira de Identidade nº 1244729, inscrito no CPF sob o nº 152.884.394-00, com domicílio especial no SIA, Trecho 05, Área Especial 57, Brasília – DF, CEP 71205-050, e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, doravante denominado INMETRO, inscrito no CNPJ 00.662.270/0003-20, sediado na Rua Santa Alexandrina, 416, Rio Comprido – RJ, CEP 20261-232, neste ato representado por seu Presidente, Carlos Augusto de Azevedo, designado pelo Decreto de nomeação publicado no Diário Oficial da União, Seção 02, de 15 de julho de 2016, portador da Carteira de Identidade nº 80964708-4, expedido pelo IFP, e inscrito no CPF sob o nº 243.461.877-49, celebram o presente Acordo de Cooperação Técnica e Operacional, considerando a necessidade da execução de ação conjunta e integrada, sujeitando-se, no que couber, à legislação pertinente, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto estabelecer bases gerais de cooperação técnica e operacional entre a ANVISA e o INMETRO, no sentido de desenvolver trabalhos e ações no âmbito científico, acadêmico e técnico de interesse comum às suas áreas, no que diz respeito a aprimorar processos e práticas, visando à promoção e a proteção da saúde da população brasileira.

1.2. Visa ainda a:

1.2.1. Formação de competências interinstitucionais, por meio da capacitação de profissionais da Anvisa, do Inmetro e do SNVS;

1.2.2. Fortalecimento da capacidade analítica dos Laboratórios Oficiais, com vistas ao alcance da excelência do sistema de gestão da qualidade;

1.2.3. Definição de marcos regulatórios, orientações ou diretrizes técnicas conjuntas para o setor produtivo e laboratórios;

1.2.4. Ampliação da capacidade analítica dos laboratórios, por meio do desenvolvimento, validação e implantação de metodologias analíticas e materiais de referência dos diversos produtos sujeitos à vigilância sanitária;

1.2.5. Sistemáticação de estratégias para troca de experiências, de informações e disseminação dos conhecimentos, de modo a contribuir para uma efetiva reflexão
estratégica sobre as contribuições da Anvisa e do Inmetro para as políticas públicas no país;

1.2.6. Ampliação da transparência e aumento da eficiência na comunicação entre Anvisa e Inmetro para sociedade;

1.2.7. Aperfeiçoamento do processo de monitoramento de mercado e oferta de produtos mais seguros à população;

1.2.8. Qualificação da representação do Brasil em fóruns internacionais relacionados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 Para a execução dos objetivos propostos no presente Acordo de Cooperação Técnica e Operacional serão desenvolvidas as seguintes atividades, acrescidas de outras pertinentes, quando for julgado necessário pelos participes:

2.1.1 Disponibilizar seu corpo técnico-profissional, de acordo com as necessidades das atividades que vierem a ser desenvolvidas no âmbito desse Acordo, em conformidade com a legislação vigente;

2.1.2 Compartilhar informações sobre o setor, naquilo que for pertinente e conveniente para realização dos termos do presente Acordo, ressalvada restrição crítica da natureza da informação;

2.1.3 Promover apoio operacional e técnico à realização de foros de discussões como comitês, câmaras, comissões ou grupos de trabalho formalmente instituídos na esfera de competência dos participes, e que estejam inseridos no objeto do presente Acordo, previstos em Termo de Ajuste Simplificado;

2.1.4 Estabelecer Comitê Técnico de Coordenação do Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO

3.1 A coordenação e o acompanhamento das atividades referentes a este Acordo serão exercidos por Comitê Técnico, composto por representantes, titular e suplente, indicados formalmente por cada um dos signatários deste Acordo, cabendo-lhe definir estratégia de coordenação, avaliação e monitoramento dos objetivos/atividades previstos no presente Acordo, avaliar e promover eventuais ajustes nas ações e projetos decorrentes deste compromisso, sempre por meio de atos formais, resultantes de análises técnicas fundamentadas.

3.2 O Regulamento de funcionamento do Comitê Técnico será elaborado e aprovado pelas partes após a assinatura do presente Acordo.
CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

4.1. O presente Acordo não resultará em repasse de recursos financeiros entre os partícipes, arcando cada qual com as dotações orçamentárias próprias, nos limites de suas atribuições e em conformidade com as rubricas já existentes.

4.2. Projetos e atividades de interesse dos partícipes, em suas atribuições respectivas, que prevejam transferência de recursos financeiros entre os partícipes, dentro do escopo deste Acordo de Cooperação Técnica e Operacional, serão objeto de instrumentos específicos obedecida a legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre os partícipes.

5.2. A prorrogação de que trata esta Cláusula deverá ser efetivada mediante a celebração de Termo Aditivo entre os partícipes, a ser solicitada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência deste Acordo de Cooperação Técnica e Operacional.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

6.1. A ANVISA providenciará, como condição de eficácia, a publicação deste Acordo, sob a forma de Extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme disposto no Parágrafo Único, artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

7.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica e Operacional poderá ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que notificada à outra parte, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando-se os prazos de execução dos trabalhos em andamento, os direitos adquiridos relativos à propriedade industrial e intelectual, se houver, e providos todos os acertos pendentes.

7.2. O presente instrumento poderá ser rescindido por qualquer dos partícipes, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou em razão da superveniência de norma que o torne material ou formalmente inexequível.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos deste Acordo de Cooperação Técnica e Operacional serão resolvidos após consulta formal entre os partícipes, em consonância com a legislação vigente.
CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Cada um dos partícipes não poderá utilizar o nome do outro sem sua prévia e formal autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO


Os partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília-DF, 08 de novembro de 2016.

Jarbas Barbosa da Silva Jr.
Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Diretor-Presidente

Carlos Augusto de Azevedo
Instituto Nacional de Metrologia,
Qualidade e Tecnologia
Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: DANIEL CAMPOS DA SILVA
CPF: 129.161.447-09

Nome: LEONARDO BATISTA PINTO
CPF: 068.367.991-00